

15. AÇÕES E PROGRAMAS MINISTERIAIS RELACIONADOS AO PLANO JUVENTUDE VIVA

Segue abaixo o levantamento de políticas, programas e ações dos ministérios que compõem o Comitê Gestor Federal do Plano Juventude Viva e que podem ser articuladas e pactuadas durante as reuniões bilaterais previstas no quadro de metas do Eixo 1. Foram selecionadas as ações que podem contribuir para a inclusão social e prevenção da violência contra jovens negros.

Quadro 1. Ações da Secretaria de Juventude (SNJ)

Secretaria Nacional de Juventude - SNJ			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Estação Juventude	Equipamento público (fixo ou móvel) dotado de instrumentos e gestores capacitados para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e ações que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social. O programa visa implantar no território um modo de atendimento à juventude, um ponto de articulação das diversas políticas e ações úteis aos jovens e de formação de redes de apoio e emancipação dos jovens	Convênio	Direitos e Proteção nos Territórios
Inova Jovem	Desenvolver o empreendedorismo juvenil em comunidades periféricas, como forma de reduzir os índices de vulnerabilidade de jovens, por meio de capacitações nas próprias comunidades, para desenvolvimento de negócios que gerem trabalho e renda	Termo de pactuação	Direitos e Proteção nos Territórios
Editais de fomento para Sociedade Civil	Apoiar por meio do financiamento público iniciativas sociais / tecnologias sociais nas comunidades e territórios de abrangência do Plano Juventude Viva como forma de articular ações já desenvolvidas pelos coletivos e ao mesmo tempo valorizar o protagonismo cultural comunitário	Seleção por edital	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 2. Ações da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Oficina de identificação e abordagem do racismo institucional	Oferecer subsídios aos gestores e servidores públicos para identificação e abordagem do racismo institucional; elaboração de estratégias conjuntas para o seu enfrentamento no ambiente de trabalho; e inclusão da perspectiva da igualdade racial nas ações programáticas das instituições. Como o Programa se insere no Plano Juventude Viva: A Oficina “Identificação e Abordagem do Racismo Institucional”, proposta e realizada pela SEPPIR, insere-se no Plano “Juventude Viva: Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra”, no Eixo Aperfeiçoamento Institucional. Além do enfrentamento ao racismo institucional por meio de processos formativos permitidos pela oficina, está prevista também a qualificação de servidores para a gestão e implementação de ações do Plano, tais como oficinas para a preparação e gestão de projetos. Também devem ser realizadas ações destinadas especialmente aos profissionais de segurança pública, com vistas a reduzir a letalidade policial e aproximar a atuação da polícia da comunidade.	Seleção por Edital	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 3. Ações do Ministério da Cultura (MinC)

Ministério da Cultura - MinC			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Núcleo de formação de agentes de cultura da juventude negra – NUFAC	Oferecer subsídios aos gestores e servidores públicos para identificação e abordagem do racismo institucional; elaboração de estratégias conjuntas para o seu enfrentamento no ambiente de trabalho; e inclusão da perspectiva da igualdade racial nas ações programáticas das instituições. Como o Programa se insere no Plano Juventude Viva: A Oficina “Identificação e Abordagem do Racismo Institucional”, proposta e realizada pela SEPPIR, insere-se no Plano “Juventude Viva: Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra”, no Eixo Aperfeiçoamento Institucional. Além do enfrentamento ao racismo institucional por meio de processos formativos permitidos pela oficina, está prevista também a qualificação de servidores para a gestão e implementação de ações do Plano, tais como oficinas para a preparação e gestão de projetos. Também devem ser realizadas ações destinadas especialmente aos profissionais de segurança pública, com vistas a reduzir a letalidade policial e aproximar a atuação da polícia da comunidade.	Seleção por Edital	Direitos e Proteção nos Territórios
CEU das Artes	O objetivo é integrar num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o trabalho, serviços sócioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social. Uma característica inovadora deste Programa é estar direcionado às ações de mobilização social da comunidade. O Programa tem como enfoque a capacitação da comunidade, para atuar gestão do CEU, juntamente com o Poder Público	Convênio	Direitos e Proteção nos Territórios
Cultura Viva - Pontos de Cultura	Ação vinculada ao Programa Cultura Viva que atua na articulação de todas as demais ações desenvolvidas pelos Núcleos de Cultura - entidades jurídicas, Não Governamentais, sem fins lucrativos e que desenvolvam ações culturais continuadas, reconhecidas publicamente a partir de ato normativo do Município, Estado, Distrito Federal ou União. É voltado para um público específico - Mestres da cultura popular, jovens, idosos e portadores de deficiência, moradores de localidades prioritárias para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.	Convênio	Direitos e Proteção nos Territórios
Brasil Plural: prêmio hip hop, funk e outras manifestações culturais	reconhecer, promover e difundir a Cultura Hip Hop por meio de grupos, artistas e produtores, formadores da identidade cultural brasileira, com foco na produção artística do movimento, através de concurso público que irá premiar iniciativas de fortalecimento das expressões culturais do Movimento Hip Hop, contribuindo para sua continuidade e para o fomento de artistas, grupos e comunidades praticantes dos diferentes elementos do gênero no Brasil, com recorte para a questão do enfrentamento à violência contra a juventude negra no país.	Seleção por Edital	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 4. Ações do Ministério da Educação (MEC)

Ministério da Educação - MEC			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Projovem Urbano e Projovem Urbano em Unidades Prisionais	Oferecer possibilidades de retomada da trajetória escolar de uma parcela da juventude, de modo a prosseguir nos estudos, melhorar chances no mercado de trabalho, diminuir vulnerabilidade e resgatar sua autoestima. Para tanto, fundamenta-se em novos paradigmas e em uma proposta curricular elaborada a partir de conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando a formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação. O Programa oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, participação em ações de cidadania	Convênio	Direitos e Proteção nos Territórios
Programa Mais Educação	Induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral Em acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, é estimulado o desenvolvimento de atividades nos macrocampos de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; Educação Econômica/Economia Criativa; Agroecologia; Iniciação Científica e Memória e História das Comunidades Tradicionais. São obrigatórias as atividades do macrocampo de Acompanhamento Pedagógico, especificadas nas áreas de Alfabetização/Letramento, Matemática, Ciências, História e Geografia e Línguas Estrangeiras.	Repasse às escolas pelo FNDE, via PDDE.	Direitos e Proteção nos Territórios
PRONATEC	Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para estudantes de ensino médio da rede pública, beneficiários do Seguro Desemprego e inscritos em programas federais de transferência de renda. Como o Programa se insere no Plano Juventude Viva: Reforço à busca ativa de jovens em situação de vulnerabilidade, prioritariamente os jovens negros, para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e encaminhamento prioritário para cursos do PRONATEC. Instrumento para formalização: Parceria com organizações juvenis que vão orientar os jovens para realizar cadastramento no CadÚnico (no CRAS)		Direitos e Proteção nos Territórios
Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade	Promover a disseminação dos referenciais políticos, pedagógicos e legais que fundamentam a concepção e as práticas pedagógicas e de gestão voltadas ao desenvolvimento inclusivo na escola entre os municípios de abrangência, por meio da formação de seus gestores e educadores, gestores e atores focais na comunidade a fim de sensibilizar e mobilizar para o desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência contra a juventude	Adesão ao Programa Educação Inclusiva	Direitos e Proteção nos Territórios
Programa Ensino Médio Inovador – Proemi	Induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio, compreendendo que as ações propostas inicialmente serão incorporadas ao currículo das escolas, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos alunos do ensino médio. O programa busca ainda estabelecer ações conjuntas entre os entes federados, que propiciem novas organizações curriculares para o ensino médio, compatíveis com as perspectivas da sociedade moderna e com os anseios dos jovens e adultos. Integra ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem abrangência Nacional.	Repasse às escolas pelo FNDE, via PDDE	Direitos e Proteção nos Territórios
Programa Saúde na Escola	Contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde e também contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Público-alvo: Estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais ampliada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).	Parceria entre as políticas de Educação e Saúde	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 5. Ações do Ministério do Esporte (ME)

Ministério do Esporte - ME			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Projeto Esporte e Lazer da Cidade	Atender as necessidades de esporte recreativo e de lazer da população, por meio da prática de atividades físicas, culturais de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e pessoas com deficiência, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas, direito de todos. Por essa via será promovida a democratização do acesso a prática de esporte e lazer, como direitos sociais de todos os cidadãos. Também contribui para o fomento de ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.	Seleção por Edital	Direitos e Proteção nos Territórios
Centro de Iniciação ao Esporte	Ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O projeto integra, num só espaço físico, atividades e a prática de esportes voltados ao esporte de alto rendimento, estimulando a formação de atletas entre crianças e adolescentes. Os municípios que são elegíveis devem verificar a abertura do processo seletivo junto ao site do Ministério do Esporte, para solicitar a senha junto à Caixa Econômica Federal para posterior preenchimento da Carta Consulta no site do ME	Carta consulta	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 6. Ações do Ministério da Justiça (MJ)

Ministério da Justiça			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
PROTEJO	Selecionar e acompanhar jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou cumprindo medidas socioeducativas, com vistas à desenvolver percursos formativos para a promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social, para a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas. A formação dos jovens inclui temas como: formação cidadã e sociojurídica, resolução não violenta de conflitos, ampliação do letramento, educação ambiental e sustentabilidade, sexualidade, autoestima, informática e tecnologia, prevenção à drogadição, introdução ao mundo do trabalho, além de atividades culturais e esportivas.	Convênio	Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros
MULHERES DA PAZ	Capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas e para as mesmas, a partir do empoderamento feminino, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres. As Mulheres da Paz são mulheres da própria comunidade, capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção a drogadição, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência prevenir a violência juvenil bem como a violência de gênero. Público prioritários: mulheres da própria comunidade atuantes na construção e fortalecimento das redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência, bem como a promoção do atendimento aos adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos que estejam em situação de vulnerabilidade familiar e social ou de violência	Convênio	Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros
Protocolo de atuação para a redução de barreiras de acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência	Conjugar os esforços dos partícipes pela elaboração e pelo ajuste de políticas públicas e para a implementação de outras medidas administrativas que visem assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção de igualdade racial da Juventude Negra brasileira, nos campos da Segurança Pública, do acesso à Justiça e da melhoria dos serviços prestados pelas instituições do Sistema de justiça. O Protocolo foi assinado visando garantir o direito básico da população jovem e negra de ter acesso à Justiça. Cada parceiro elaborará planos de trabalho em sua área de atuação, com o intuito de garantir os objetivos do protocolo de intenções. A intenção é modificar as práticas do sistema de justiça, contando com parcerias do Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), Conselho Federal Da Ordem Dos Advogados Dos Brasil-CFOAB, Conselho Nacional De Defensores Públicos Gerais- Condege.	Pactuação Interministerial	Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros
Capacitação de gestores e servidores capacitação para profissionais de segurança pública	Capacitação para profissionais do sistema de justiça, abordando as questões racial e juvenil, com base na nova matriz curricular nacional de formação dos profissionais de segurança pública. Parcerias com estados e municípios, instituições de segurança pública.	Pactuação Interministerial	Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros

Quadro 7. Ações do Ministério da Saúde

Ministério da Saúde			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências	Identificação do perfil epidemiológico de violências doméstica, sexual e outras violências para a tomada de decisões políticas e implementação de políticas públicas mais apropriadas. O Ministério da Saúde promove cursos de capacitação sobre a Ficha de Notificação Compulsória para gestores estaduais e das capitais, no sentido de implementar e estimular a notificação de casos e/ou suspeitas de violências. Espera-se que os participantes das capacitações (gestores e operadores da política) atuem como multiplicadores em seus respectivos estados.		Direitos e Proteção nos Territórios
Núcleo de prevenção de violências e promoção da saúde (NPVPS)	Qualificação das ações de vigilância e prevenção de violências, acidentes, lesões e mortes no trânsito, com promoção da paz no trânsito. Sua expansão se faz por meio do fomento a ações propostas pelos Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde, nos diversos municípios brasileiros. Haverá incentivo para que as propostas concorrentes ao fomento abordem a promoção da cultura da paz e a prevenção de violências junto à população jovem. Público contemplado: jovens e comunidades beneficiadas pelos projetos desenvolvidos pelos NPVPS. O número de pessoas contempladas dependerá da extensão dos projetos e dos municípios	Adesão municipal	Direitos e Proteção nos Territórios
Academias de Saúde	As Academias de Saúde são espaços de promoção da saúde constituídos a partir da implantação de polos, com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis, tendo sido criadas desde o ano de 2011, devem compor o conjunto de ações e serviços disponíveis nos territórios.	Portarias que habilitam os municípios ao recebimento dos pólos	Direitos e Proteção nos Territórios
Programa Mais Médicos	O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais. A iniciativa prevê também a expansão do número de vagas de medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação médica no Brasil. Assim, há cobertura de territórios vulneráveis, com oferta de serviços do SUS e melhoria do acesso à saúde.	Convênios	Direitos e Proteção nos Territórios
Estratégia consultório na rua	Ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para o grupo populacional que se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. As atividades são realizadas de forma itinerante por equipes multiprofissionais e, quando necessário realizar parceria com as equipes das unidades básicas de Saúde do território.	Adesão por meio do SUS	Direitos e Proteção nos Territórios
Rede de Atenção Psicossocial - RAPS	Ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral; promover o acesso das pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas e suas famílias aos pontos de atenção; e garantir a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências.	Adesão por meio do SUS	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 8. Ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

Ministério do Desenvolvimento Social - MDS			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Proteção Social Básica - PAIF	Realização de trabalho social com famílias de caráter continuado, preventivo, proativo e protetivo visando: fortalecer a função protetiva da família; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários; promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; promover acesso aos demais serviços setoriais e apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio de promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.	Termo de Aceite para o cofinanciamento federal dos serviços de acordo com critérios e calendário definidos pela CIT – Comissão Intergestores Tripartite	Direitos e Proteção nos Territórios
Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias realizado pelo PAIF e prevenir a ocorrência de situações de risco social. O serviço pode ser ofertado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, em Centro de Convivência ou, ainda, em unidade pública ou entidade de assistência social inscrita no Conselho de Assistência Social do município ou DF, que esteja na área de abrangência do CRAS e a ele referenciada	Termo de Aceite para o cofinanciamento federal dos serviços de acordo com critérios e calendário definidos pela CIT – Comissão Intergestores Tripartite	Direitos e Proteção nos Territórios
Proteção Social Especial - Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)	Visa garantir o acesso a direitos que contribuam para promover a ressignificação de valores na vida pessoal e social destes adolescentes. Como se insere no Plano Juventude Viva: O serviço, ofertado em quase todos os municípios prioritizados no Juventude Viva, atende um dos públicos prioritários do Programa, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que são em sua grande maioria do sexo masculino. Inserido no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE tem na intersectorialidade sua principal ferramenta de atuação, uma vez que seu foco reside na garantia do desenvolvimento do processo de responsabilização do adolescente, como também na sua inserção no Sistema de Garantia de Direitos, acessando as políticas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, entre outras, assegurando a preservação dos aspectos socioeducativos e protetivos do conteúdo destas medidas.	Termo de Aceite para o cofinanciamento federal dos serviços de acordo com critérios e calendário definidos pela CIT – Comissão Intergestores Tripartite	Direitos e Proteção nos Territórios
Proteção Social Especial - Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)	Atendimento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende trabalho social com famílias e indivíduos voltados para orientação que contemple a promoção de direitos, a promoção e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e societários visando o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou submetam a situação de risco pessoal e social. O atendimento fundamenta-se no respeito a heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. Articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.	Termo de Aceite para o cofinanciamento federal dos serviços de acordo com critérios e calendário definidos pela CIT – Comissão Intergestores Tripartite	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 9. Ações do Ministério dos Direitos Humanos (MDS) - continuação

Ministério dos Direitos Humanos			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Oficinas de implementação do guia do Programa de Redução de Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (Oficinas PRVL)	Promoção de ações de sensibilização, articulação política e produção de mecanismos de monitoramento, no intuito de assegurar que as mortes violentas de adolescentes dos grandes centros urbanos brasileiros sejam tratadas como prioridade na agenda pública. Seu objetivo é contribuir para a difusão de estratégias pautadas na valorização da vida de adolescentes brasileiros, grupo etário que hoje é extremamente vulnerável à letalidade por homicídios em todo o país. O Programa de Redução da Violência Letal dialoga e compartilha dos objetivos do Plano Juventude Viva por buscar sensibilizar a sociedade civil para superação da cultura de violência contra os jovens negros/as e por estimular a construção e o desenvolvimento de políticas públicas que visem diminuir os índices de vulnerabilidade da população jovem e negra do Brasil. São realizadas oficinas em municípios prioritários, com o objetivo de contribuir na elaboração de um plano de implementação do PRVL.	Termo de Aceite	Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros
Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Oferecer assistência psicossocial e promover os direitos humanos de vítimas e testemunhas de crimes de alta complexidade. O Programa tem interface com as Políticas de Segurança Pública e de Justiça e tem como estratégia o enfrentamento a crimes de alta complexidade e a não responsabilização dos agentes e autores (crime organizado, tráfico de drogas e de pessoas, grupos e extermínio, tortura, pedofilia). Também tem interface com a Política de Direitos Humanos e tem como estratégia promover a proteção integral das vítimas, testemunhas e seus familiares, por meio da assistência psicossocial e promoção dos seus direitos humanos, com acesso seguro a políticas públicas sociais	Convênio	Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PCCAAM	Responder aos elevados índices de letalidade contra crianças e adolescentes. O Programa tem se constituído como estratégia de interlocução no âmbito governamental e da sociedade em geral, a fim de chamar atenção para o problema da violência letal em parceria com a sociedade civil organizada. Atua em dois níveis: i) no atendimento prestado àquelas ameaçadas de morte e suas famílias, e ii) na prevenção por meio de estudos e pesquisas, bem como no apoio a projetos de intervenção com adolescentes em situação de vulnerabilidade.	Convênio	Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros

Proteção Social Especial - Serviço especializado em Abordagem Social	O serviço possui como fundamento a perspectiva da proteção social proativa, voltado para pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, submetidos à situação de rua, ao trabalho infantil, à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao uso de drogas, dentre outros. Deve ser ofertado em todos os municípios que fizerem adesão ao Plano Juventude Viva podendo auxiliar no mapeamento e conhecimento dos territórios com alto índice de violação de direitos do segmento juvenil. Visa garantir a construção apropriada do processo de saída das ruas e das demais situações de violação mapeadas possibilitando as condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais além de promover ações para reinserção familiar e comunitária visando o acolhimento nos serviços do sistema de garantia de direitos em condições de dignidade e o encaminhamento para as demais políticas públicas.	Termo de Aceite para o cofinanciamento federal dos serviços de acordo com critérios e calendário definidos pela CIT – Comissão Intergestores Tripartite	Direitos e Proteção nos Territórios
Programa Bolsa Família (Benefício variável vinculado ao adolescente)	Transferência de auxílio financeiro para jovens com idade entre 16 e 17 anos, que vivem em situação de pobreza, inseridos no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família	Adesão ao Programa Bolsa Família	Direitos e Proteção nos Territórios
PROGREDIR	Promover a autonomia das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e beneficiárias do Programa Bolsa Família, por meio da geração de emprego e renda, apoio ao empreendedorismo e encaminhamento ao mercado de trabalho, a fim de contribuir para fortalecer as capacidades individuais e gerar independência socioeconômica.	Termo de Adesão/Aceite	Direitos e Proteção nos Territórios
ACESSUAS TRABALHO	Promover a integração dos usuários da Política de Assistência Social ao mundo do trabalho, por meio da articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho.	Termo de Adesão/Aceite	Direitos e Proteção nos Territórios

Quadro 10. Ações do Ministério do Trabalho (MT)

Ministério do Trabalho			
Ação	Objetivo	Formalização	Eixo
Programa desenvolvimento regional territorial sustentável e economia solidária	Criação de Centros Multifuncionais de Economia Solidária trabalham por meio de ações integradas, a partir de quatro eixos: 1) Organização sócio-comunitária; 2) Formação, Assessoramento Técnico e Incubação; 3) Comercialização Solidária (Feiras, Lojas e outros) e 4) Finanças Solidárias, Bancos comunitários, Fundos Rotativos e Cooperativismo de crédito	Convênio	Direitos e Proteção nos Territórios
Projovem Trabalhador	Implementar cursos de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra, em ocupações requeridas pelo mercado de trabalho, com provimento de auxílio financeiro ao jovem participante. Público prioritário: Jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo, prioritariamente negros e de baixa escolaridade.	Termo de Adesão	Direitos e Proteção nos Territórios